

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.091 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2000



Álvaro Dias

## ACM anuncia esforço por uma "agenda positiva"

Divergências na votação do salário mínimo não deixarão seqüelas na base do governo, garante o presidente do Senado, que se considera vitorioso no episódio

"Fui coerente com meus princípios", afirma o presidente do Senado

Ao fazer um balanço da votação do salário mínimo pelo Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães anunciou sua disposição de empenhar-se para que a ação do governo seja sempre pautada de acordo com uma agenda positiva. "Vou trabalhar por isso", afirmou o presidente do Senado e do Congresso, que não acredita que as divergências sobre o mínimo tenham deixado seqüelas na base de sustentação do governo.

PÁGINA 2

### EM DEBATE, DIREITO DE VOTO A ESTRANGEIROS

Proposta de emenda constitucional de autoria do senador Álvaro Dias que assegura aos estrangeiros residentes no Brasil o direito de votarem no pleito municipal e se candidatarem às câmaras de vereadores foi discutida ontem por diversos senadores no Plenário.

PÁGINA 5



### Redução de reservas é retrocesso, diz Marina

PÁGINA 10



Marina Silva

## COMISSÃO DOS BINGOS APROVA RELATÓRIO DE MAGUITO

PÁGINA 4

### FUNDO DA POBREZA FOI O DESTAQUE DA SEMANA

A aprovação em primeiro turno pelo Plenário do Senado da PEC instituindo um fundo de combate à miséria no país foi o destaque das votações nesta semana.

PÁGINA 3

#### Bingos

- Funcionamento dos bingos fica prorrogado até 31 de dezembro de 2001

#### Patrocínios

- Uma mesma empresa não poderá ter mais de 50% das ações e nem a gerência de mais de um clube
- Patrocínio na camisa, formação de empresas de licenciamento e investimentos em estádios estão liberados
- Transformação dos clubes de futebol em empresas passa a ser facultativa
- Proíbe que emissoras de TV patrocinem clubes de futebol

## NOVAS REGRAS PARA O FUTEBOL



#### Lei do Passe

- Regime do passe para os jogadores de futebol profissional acaba a partir de 2001
- O clube responsável pela formação do atleta terá direito ao primeiro contrato, com duração máxima de quatro anos, e terá prioridade na renovação
- Contratos dos jogadores já formados terão prazo máximo de cinco anos e mínimo de três meses

### Congresso homenageia o presidente da Itália

PÁGINA 2

# Antonio Carlos propõe agenda positiva no governo

A afirmação foi feita ontem durante balanço da votação da MP do salário mínimo. Para o presidente do Senado, a apuração de denúncias por comissões parlamentares de inquérito não interfere na construção dessa agenda

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, realizou ontem balanço da votação do salário mínimo pelo Congresso, tendo reafirmado sua disposição de empenhar-se no sentido de que a ação do governo seja sempre pautada de acordo com uma agenda positiva. "Eu acho que nós devemos ter uma agenda positiva no governo, e vou trabalhar por isso", afirmou.

Antonio Carlos ressaltou que a apuração de denúncias através de comissões parlamentares de inquérito não interfere com a construção dessa agenda, devendo ser encaradas como fato normal num regime democrático: "As CPIs são sempre positivas", comentou. O senador acredita que as divergências ocorridas por ocasião da votação do salário mínimo não deixarão seqüelas para a base de sustentação do governo. "Acho que o governo deve juntar as secções que existirem, e permanecer com a base atual, que pode ser um passo, até, para a sucessão de 2002", assinalou.

O parlamentar assegurou também que o PFL continua unido, e que não existe conflito entre ele e o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), cuja atuação elogiou. "Eu disse a ele que ele é o melhor presidente de partido que tive, e repito isso para vocês, mas determinados assuntos não podem ser resolvidos em pequenos grupos", esclareceu.

As divergências no partido foram consideradas "ocasionais" pelo presidente do Senado. "Não tenho nenhuma mágoa do Bornhausen, e acredito que nem ele de mim. Demos, logo ontem, o assunto por encerrado, e, no que eu puder ajudá-lo como presidente, eu o farei. Apenas quero ser tratado como uma lide-

rança que tem o maior número de deputados, que tem três senadores, maior número de prefeitos e vereadores no partido", afirmou.

Ao contrário de algumas interpretações surgidas na imprensa, o senador considera-se um vitorioso no episódio da votação do salário mínimo. "Acho que a mídia insiste nessa colocação de que estou fragilizado porque não quer que eu me fortaleça. Se alguém saiu vencedor, fui eu: fui coerente com meus princípios, presidi uma sessão difícil e recebi elogios de todos os líderes. Perante a opinião pública, não diminuí em nada minha posição", afirmou.

Antonio Carlos ressaltou que, "desde o início e até o fim", defendeu um mínimo de R\$ 180, e, mesmo tendo concordado em respeitar a decisão do partido, deixou o presidente da República avisado de que seu sobrinho, o deputado Paulo Magalhães, adotaria idêntica posição. O senador salientou ainda ter sido o único político que, desde o princípio do debate, ficou contra as ameaças de punição dos dissidentes, "de forma explícita".

– Achei que as ameaças atingiam não só o Parlamento, como o meu partido e a mim próprio. O presidente, com inteligência e habilidade, fez declarações de respeito ao PFL e à minha pessoa, apesar das divergências que, segundo ele, às vezes surgem entre nós. Isso sem dúvida atenuou bastante a irritação do PFL e principalmente dos meus amigos baianos – disse. Antonio Carlos reagiu à versão de que a nota de apoio que recebeu tenha sido apenas um "consolo". Ele apontou falhas na cobertura tanto da sessão de votação do mínimo quanto na da reunião do PFL.

## Presidente da Itália tem homenagem

Senadores e deputados reúnem-se hoje, às 11h, em sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi. O comunicado foi feito durante a sessão plenária do Senado realizada ontem.



ACM: divergências na votação do salário mínimo não deixarão seqüelas

## ACM diz desconhecer carta de Jader Barbalho

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem que desconhece o conteúdo de carta na qual o líder do PMDB, senador Jader Barbalho, comunicaria ao presidente da República denúncias sobre a Eletrobrás. Antonio Carlos disse também ser favorável a uma campanha rigorosa de combate à corrupção.

– Não conheço essa carta. Duvido muito que existam irregularidades na Eletrobrás ou no Ministério de Minas e Energia, mas defendo que todas as denúncias devem ser apuradas, inclusive aquelas sobre o Ministério dos Transportes e o DNER. Toda denúncia deve ser apurada. Chegou a hora de combater a corrupção, onde quer que ela se encontre – afirmou.

Antonio Carlos não quis co-

mentar as declarações de Jader, que o chamou de "batedor de carteira". Salientando estar pronto a responder a qualquer colocação séria, o presidente do Senado disse que não falaria sobre as afirmações do líder peemedebista para não iniciar um debate "em linguagem chã".

– Não vou ficar debatendo com ele. Vou agir ponderadamente, para não dar razão às críticas de vocês (a imprensa) – justificou.

Ele também desafiou qualquer pessoa a encontrar fatos desabonadores em qualquer momento de sua vida pública.

– Não adianta me atacar em matéria de seriedade, porque não pega. Se houvesse coisa grave nesses quarenta e tantos anos, já teria aparecido", finalizou.

## Deputado húngaro é recebido

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o deputado Janos Ader, presidente da Assembleia Nacional da Hungria, que está em visita ao país liderando uma comitiva de parlamentares. O senador conversou com o parlamentar húngaro sobre as relações entre Brasil e

Hungria e as atividades dos dois parlamentos. Antonio Carlos fez um relato sobre a evolução das atividades do Congresso brasileiro, e ouviu do deputado húngaro informações sobre os avanços do trabalho legislativo daquele país, após a redemocratização do Leste Europeu.

## Código Florestal vai a voto dia 24

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que não pretende trabalhar "nem contra, nem a favor" da proposta de reforma do Código Florestal. Ele confirmou que a matéria está na pauta do próximo dia 24. Disse ainda ter sido informado por lideranças que a tendência da maioria do PFL é votar com o relator da matéria, deputado Moacir Micheletto (PFL-PR).

Sobre o fato de o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, que é do PFL, ter posição contrária ao parecer de Micheletto, o senador disse que isso não garante automaticamente seu apoio. O senador disse também que vai falar "com uma pessoa importante do governo" sobre o assunto, antes de conversar com os parlamentares que seguem sua orientação.



SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

11h – Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi. Plenário da Câmara dos Deputados

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Fundo contra a pobreza marcou a semana

Plenário aprovou em primeiro turno proposta de emenda constitucional destinando cerca de R\$ 4 bilhões anuais para erradicar a miséria no país. No Congresso, novo salário mínimo de R\$ 151 teve a maioria dos votos

A criação de um fundo constitucional destinado a combater a miséria no Brasil marcou os trabalhos do Senado nesta semana. Em primeiro turno, foi aprovado substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a propostas apresentadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e por uma comissão especial criada para analisar o tema, instituindo para vigorar até 2010 um fundo que deverá dispor de R\$ 4 bilhões por ano para reduzir as desigualdades sociais.

Esses recursos serão utilizados em programas de educação, saúde, habitação e reforço de renda familiar,

além de ações suplementares de nutrição (*ver matéria abaixo*). Mas a matéria ainda voltará a Plenário para ser discutida em três sessões ordinárias, antes de ser votada em segundo turno. E precisará ser votada na Câmara dos Deputados.

Também esta semana o Congresso Nacional se reuniu para votar a medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 151.

O Senado também decidiu que as televisões por assinatura, transmitidas a cabo ou por ondas, ficarão obrigadas a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara.

A iniciativa foi de Roberto Requião (PMDB-PR), que considerou importante garantir à população ver o que acontece no Legislativo “sem o filtro das grandes agências de notícias e dos interesses dos jornais”.

Os senadores iniciaram a discussão da PEC de autoria de Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes há mais de oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. A proposta não contempla a possibilidade de eles disputarem eleição para prefeito e dá maior elasticidade ao conceito de soberania.

## Investimentos para erradicar a miséria

O governo federal poderá dispor até 2010 de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões anuais para reduzir as desigualdades sociais, a partir da aprovação final do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Esses recursos serão utilizados em programas de educação, saúde, habitação e reforço de renda familiar, além de ações suplementares de nutrição.

Aprovado em primeiro turno nove meses após a apresentação pelo senador Antonio Carlos Magalhães da primeira proposta sobre o assunto, o substitutivo elaborado pelo relator Lúcio Alcântara aponta, entre as fontes de receita, um adicional de cinco pontos percentuais do IPI incidente sobre produtos supérfluos, dotações orçamentárias, o imposto so-

bre grandes fortunas e um adicional de oito centésimos sobre a alíquota da CPMF – este válido até junho de 2002. Após esta data, o adicional sobre a CPMF seria substituído por um fundo criado a partir da economia no pagamento de juros obtida pelo governo após a privatização de estatais.

A média de arrecadação prevista – R\$ 4 bilhões – equivale a um terço da dotação orçamentária deste ano para o Ministério da Educação, de R\$ 12,6 bilhões, ou a um quinto da dotação prevista para o Ministério da Saúde, de R\$ 20,3 bilhões. “Esses quantitativos são manifestamente insuficientes para equacionar por inteiro o problema da pobreza no país, mas contribuirão para minorá-lo”, afirma Alcântara em

seu parecer.

Segundo números colhidos por Alcântara junto aos resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, existem atualmente no Brasil 54 milhões de pobres, dos quais 24 milhões em estado de indigência. A pobreza, observa o senador, afeta de maneira mais aguda a área rural, as regiões Norte e Nordeste, as crianças e a parcela não-branca da população.

O relator lembra, no entanto, que os problemas sociais decorrem menos do grau de riqueza do Brasil do que da má distribuição de renda. “O povo brasileiro não é pobre por falta de riquezas no país e sim pela desigualdade absurda e renitente que aqui vigora”, afirma Alcântara.

## Comissões aprovaram diversos projetos

A atividade durante a semana também foi muito intensa nas comissões do Senado. Na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado parecer do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) favorável a projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que prevê o ressarcimento, pelas direções regionais do Sistema Único de Saúde (SUS), dos gastos com medicamentos de uso contínuo que não estejam disponíveis nas farmácias de rede própria, contratada ou conveniada do SUS.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), favorável à PEC do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que altera a desti-

nação do percentual de 3% do Imposto de Renda destinado aos setores produtivos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

E, com base em substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), a CCJ aprovou, em caráter terminativo, projeto que institui o sistema de lista fechada nas eleições proporcionais, que contemplam deputados federais, estaduais e vereadores. A proposta reuniu partes de projetos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além de emenda do senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviu em audiência pública o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o

qual negou que a venda de ações ordinárias da empresa represente risco de perda do controle acionário da Petrobras. Também ouvido pela CAE, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, classificou como “uma infelicidade” o crescimento da dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron) durante o período em que foi submetido a regime especial de administração.

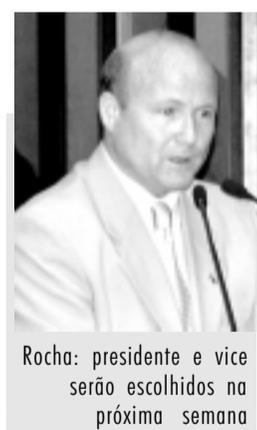
A Comissão de Educação (CE) aprovou substitutivo da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece critérios para a outorga e renovação de emissoras de rádio e televisão. A matéria será agora apreciada em Plenário.



Parlamentares reunidos no Plenário do Congresso: votação do novo salário mínimo só terminou na madrugada de ontem

## Proposta que vincula verbas está na pauta da Subcomissão de Saúde

Em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizada ontem, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apontou como uma das prioridades da Subcomissão de Saúde, a ser instalada ainda neste semestre, a proposta de emenda constitucional que vincula os recursos



Rocha: presidente e vice serão escolhidos na próxima semana

da saúde nos níveis federal, estadual e municipal. A PEC estabelece ainda que as verbas aplicadas na área obedeçam a um percentual mínimo a ser estabelecido por lei complementar.

A proposta prevê um aumento do volume de recursos destinados para a saúde pública, tanto pela União, quanto por estados e municípios, definindo suas fontes. Apesar de já constar da pauta da subcomissão, o projeto será

examinado pela CAS na reunião da próxima quarta-feira.

O senador Sebastião Rocha também antecipou que até a próxima semana serão escolhidos o presidente e o vice-presidente da Subcomissão de Saúde. Rocha, que propôs a criação da subcomissão, tem participado infor-

malmente, juntamente com outros senadores, da preparação de sua agenda. Serão convidados representantes da CPI dos Medicamentos, em andamento na Câmara, para discutir os seus projetos:

– Com base nos trabalhos da CPI, os deputados pretendem aperfeiçoar a legislação do setor. Queremos ouvi-los para dar nossa contribuição – revelou o senador.

# Projeto mantém regras para bingos até 2001

O projeto de conversão do senador Maguito Vilela foi apresentado à MP, que modifica a Lei Pelé. O texto, que trata também das relações dos clubes profissionais de futebol com as empresas, irá agora ao Plenário do Congresso

A comissão mista, que reúne senadores e deputados, encarregada de analisar a MP (medida provisória) que altera a Lei Pelé aprovou ontem o projeto de conversão do relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Foram sete votos a favor, um contra e uma abstenção. Uma das principais modificações é a prorrogação do prazo para o funcionamento dos bingos, nas condições atuais, até 31 de dezembro de 2001. A matéria será agora votada pelo Plenário do Congresso Nacional. Projeto de conversão é o que resulta das modificações impostas pelo relator a uma MP.

As principais mudanças introduzidas pelo senador Maguito Vilela estão nas relações dos clubes profissionais de futebol com as empresas que começam a investir no setor. Um mesmo grupo empresarial não poderá ter o controle acionário (mais de 50% das ações) e nem a gerência de mais de um clube. Já o patrocínio estampado na camisa, a formação de empresas de licenciamento de marca e de símbolos e os investimentos em estádios estão liberados. A transformação dos clubes de futebol em empresas passa a ser facultativa.

Maguito Vilela manteve o fim do passe. Ou seja, acaba o regime de propriedade dos jogadores de futebol profissional pelos clubes, a partir de 2001. O clube responsável pela formação de um profissional de futebol terá direito ao primeiro contrato, com duração máxima de quatro anos, além da prioridade na renovação. Os contratos dos jogadores já formados te-

Relatório de Maguito Vilela (ao lado do deputado Ronaldo Vasconcelos) mantém os bingos funcionando até 31 de dezembro de 2001, apesar de reconhecer que o prazo é longo. Ele atendeu aos apelos dos parlamentares membros da comissão



irão prazo máximo de cinco anos e no mínimo de três meses. O regime profissional para jogadores de futebol é considerado inteiramente diferente dos demais atletas considerados profissionais.

Em relação aos bingos, o senador Maguito Vilela manteve o regime atual até 31 de dezembro, apesar de reconhecer que o prazo é muito longo. Mas ele resolveu atender aos apelos dos parlamentares membros da comissão, inclusive do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Ele entende que o Congresso Nacional tem condições de votar uma lei específica para jogos de azar no prazo de 90 a 120 dias. Para isso, entrou com requerimento propondo a formação de uma comissão mista para elaborar legislação que regule a jogatina.

## Para Arruda, votação não poderia ter ocorrido

Durante a Ordem do Dia, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, disse que a aprovação de projeto de conversão pela comissão mista que debate a MP dos bingos e da Lei Pelé não poderia ter ocorrido. Segundo argumentou, o Regimento do Congresso Nacional não permite que

as comissões funcionem simultaneamente com as votações em Plenário.

– Não posso admitir que uma decisão seja tomada na comissão mista no momento em que esteja acontecendo a Ordem do Dia em Plenário – afirmou Arruda, que solicitou um posicionamento da Mesa do Senado sobre seu ques-

tionamento. Arruda acrescentou que é favorável à extinção dos bingos no país.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a Mesa examinará o assunto e posteriormente apresentará sua decisão. Ele informou que vai ouvir membros e o presidente da comissão mista.

O projeto de conversão aprovado obriga, ainda, que pelo menos uma emissora de TV de sinal aberto transmita em rede nacional e ao vivo competições oficiais – em especial os jogos da seleção de futebol –, inclusive para as cidades onde os jogos e competições são realizados. E proíbe-se

que emissoras de televisão patrocinem clubes de futebol. O número de membros dos tribunais esportivos deve também ser aumentado, para que haja maior representatividade.

– O projeto de conversão, na minha opinião, consagra a vontade da maioria dos desportistas bra-

sileiros. Sei que no Plenário do Congresso haverá uma nova batalha na discussão de pontos específicos, mas acho que a proposta poderá ser aperfeiçoada ainda mais. O que vier para melhorar e proteger o futebol e o esporte brasileiro será bem-vindo – concluiu Maguito Vilela.



Os executivos foram recebidos pelo senador Geraldo Althoff, que destacou a importância do Mercosul para a democracia na América Latina

## Comitiva de executivos dos Estados Unidos visita Comissão do Mercosul

Uma comitiva formada por 18 executivos norte-americanos, chefiada pelo brasileiro Jordan Young, da Pace University de Nova York, visitou ontem a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O grupo visitará também a Argentina, com o objetivo de analisar possibilidades de negócios nos dois países. A visita dos executivos faz parte de um curso ministrado pela Pace University.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) destacou para os empresários norte-americanos que o Brasil representa 70% do Produto Interno Bruto (PIB) conjunto dos países-membros do Mercosul. O senador lembrou ainda a

importância do bloco econômico na manutenção da estabilidade democrática dessas nações, uma vez que, advertiu, a existência de governo democrático é pré-requisito para a participação no mercado comum.

O presidente da comissão conjunta, deputado Júlio Redecker (PPB-RS), afirmou que o Mercosul é um processo educativo para o Brasil, preparando o país para a globalização e para integrar o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele expressou ainda o interesse do Congresso em firmar um convênio junto à universidade americana para tratar de assuntos de integração.

# Senado debate direito de voto a estrangeiros

“Exemplo de tolerância” para Requião, proposta é citada por Fogaça como sinal de apreço do Brasil à multiconvivência. Távola, Machado e Carlos Wilson também participaram da discussão da matéria, de iniciativa de Álvaro Dias

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Artur da Távola (PSDB-RJ) elogiaram na sessão plenária de ontem a proposta de emenda constitucional que dá aos estrangeiros que moram no Brasil o direito de votar e de se candidatar às câmaras municipais. Ontem realizou-se a segunda das cinco sessões de discussão da proposta, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O parecer favorável do senador Carlos Wilson (PPS-PE) foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Roberto Requião acredita que a proposta é um “exemplo de tolerância e solidariedade”. Para o senador Artur da Távola, a PEC traz o conceito de descentralização, “que cresce a partir do momento em que o município passa a ser valorizado”. Ele relatou sua experiência como exilado político em Santiago, no Chile, onde, nas comunas da cidade, os estrangeiros tinham direito a voto.

– Senti emoção e senso de responsabilidade ao votar no Chile. Dessa forma, consegui equilibrar a vivência no país onde estava. A virtude maior da proposta não é a jurídica, mas o fortalecimento do município e a integração com os estrangeiros, que fazem parte dessa fusão formidável que é a etnia brasileira – afirmou Távola.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), o Brasil, apesar de todos os seus defeitos, “é uma grande experiência de multiculturalismo, de disposição humana para a convivência multicultural”. Ele lembrou que o Tratado de Maastricht, da União Européia, permite a candidatura, em qualquer país, de cidadãos de nações que fazem parte daquele pacto, mas, em sua visão, trata-se de um “mutualismo restritivo, perverso e antidemocrático, pois as outras etnias são tratadas como párias”.

– Aqui temos a grande capacidade de absorver outras etnias, de coreanos a alemães, organizando isso democraticamente, com respeito e boa convivência comunitária. A PEC é um sinal que o Brasil dá à comunidade internacional de seu apreço ao multiculturalismo e à multiconvivência – afirmou Fogaça.

## RECIPROCIDADE

Tanto Távola quanto Fogaça anunciaram que assinaram emenda do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) à matéria, estabelecendo o conceito da reciprocidade entre os países. Finda a discussão em primeiro turno, as emendas apresentadas devem receber parecer da CCJ.

Machado manifestou seu apoio à PEC e justificou a emenda que apresentou: para ele, o direito que está sendo dado a estrangeiros no Brasil deve ser dado ao brasileiro nos demais países, como forma de assegurar o direito recíproco. “Hoje, os fluxos migratórios são gerais e estão acontecendo em todo o mundo”, disse.

– O novo Estado democrático não pode permanecer indiferente à necessidade de dar voz e voto às correntes migratórias que vêm viver sob sua jurisdição e tornam-se homens de segunda classe por não poderem influenciar as decisões de políticas públicas que lhes dizem respeito. Eles precisam ter algum tipo de poder para assegurar a atenção do governo às suas necessidades – argumentou o senador Álvaro Dias.

Já o relator, senador Carlos Wilson, acredita que no mundo moderno “as grandes correntes migratórias requerem uma mudança no conceito de povo e uma relativização na noção de soberania nacional”.



Távola: exemplo do Chile, que permite voto de estrangeiros nas comunas



Para José Fogaça, Brasil dá lição de respeito e boa convivência



Ao discutir as permissões e concessões, senadores analisaram a atuação das emissoras de rádio

## Parlamentares cobram instalação de conselho

O Senado aprovou, na sessão de ontem, seis projetos de decreto legislativo que autorizam o Ministério das Comunicações a renovar as permissões e concessões para funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados (*veja resultado da Ordem do Dia*). Durante a discussão das propostas, já aprovadas pela Câmara, os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Fogaça (PMDB-RS) criticaram a forma com que as autoridades brasileiras analisam as concessões de emissoras de rádio, e pediram a regulamentação e instalação imediata do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional, previsto pela Constituição de 1988.

Távola condenou a atuação de algumas rádios religiosas, que chegam a pedir dinheiro em suas transmissões. Algumas dessas emissoras, disse ele, “fazem apenas o proselitismo sectário de sua religião”. Ele reconhece, porém,

que existem outras que debatem temas sociais, realizam mesas-redondas e “não vivem apenas de arrebatar fiéis”.

Távola citou ainda o mau funcionamento de emissoras de rádio que são entregues a políticos e a aventureiros que as utilizam para negócios “extra-radiofônicos”, loteando o tempo das transmissões. Para ele, o governo não tem o cuidado devido e o Parlamento apenas chancela as concessões. “Ficamos inertes diante de uma realidade que tem influência direta na formação das bases culturais do país”, lamentou.

Diante da reflexão feita por Távola, Eduardo Suplicy voltou a explicar que a posição do PT, de se abster da votação dos projetos de renovação e concessão, é “um protesto para que o Congresso possa logo regulamentar o Conselho de Comunicação Social”. Ele lembrou que a Comissão de Educação (CE) aprovou esta semana substitutivo da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES)

ao projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que inclui a regulamentação do órgão. O senador pediu que o Plenário examine a matéria prontamente.

Fogaça criticou a forma “rotineira e repetitiva” como o Senado tem votado e aprovado as renovações e outorgas de emissoras de rádio, “sem critérios e sem orientação tecnicamente sustentada”. Ele também pediu que o projeto de Simon seja aprovado o quanto antes, e transmitiu o apelo da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) não apenas para que seja instalado o CCS, mas também para que seja aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto da nova Lei de Imprensa. O senador lembrou que a proposta foi aprovada pelo Senado em 1992 e até hoje está nas gavetas da Câmara.

Na presidência da sessão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) solidarizou-se com Fogaça e prometeu pedir rapidez à Câmara dos Deputados na votação do projeto.

## Projetos sobre a Zona Franca de Manaus vão tramitar em conjunto

Os senadores aprovaram ontem requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) solicitando que projeto de sua autoria, que altera dispositivos da lei que institui incentivos para a Zona Franca de Manaus, tramite em conjunto com proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), por acreditar que ambos tratam do mesmo assunto.

Também foi aprovado requerimento do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) no sentido de que os projetos nº 2 e 21 de 2000 tramitem

conjuntamente. A primeira proposta, do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), estabelece restrições ao financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a pessoas físicas e jurídicas residentes no exterior. A segunda, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), veda a concessão de empréstimos do BNDES a pessoas jurídicas cujo controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

O Plenário aprovou ainda requere-

rimento solicitando que o projeto de lei que estabelece regras para a prestação voluntária de serviços administrativos, auxiliares de saúde e defesa civil nas

polícias Civil e Militar seja analisado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta, que figurava na Ordem do Dia da sessão, já tem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).



Jefferson Péres é um dos autores de projetos sobre incentivos fiscais

# Servidores já perderam 42% do salário real, diz Cândido

Senador critica política do governo para os funcionários públicos e atribui problemas econômicos do país ao endividamento

Ao criticar a política adotada pelo governo para os servidores públicos, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que, em seis anos sem reajustes salariais, houve redução de mais de 42% no salário real do funcionalismo, levando em conta uma inflação de 70% nesse período.

— O funcionalismo público e a Previdência Social foram eleitos os bodes expiatórios dos problemas financeiros do governo e do país. Com isso, o governo lança uma cortina de fumaça, por meio da qual pretende esconder sua própria incompetência, desleixo administrativo e até corrupção — disse, ao destacar a importância da realização da greve dos servidores públicos.

Segundo Geraldo Cândido, no início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a dívida pública era de R\$ 154 bilhões, e no final do primeiro mandato presidencial passou para R\$ 335 bilhões. “Por conta disso, o orçamento fiscal do ano passado previa pagar, de juros e amortização da dívida, R\$ 345 bi-

lhões; isto corresponde a 80% do orçamento fiscal”, afirmou.

No Orçamento federal de 1999, acrescentou, foram destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais R\$ 22 bilhões. “No mesmo Orçamento, R\$ 50 bilhões deverão ter sido pagos de juros e encargos, isto é, mais que o dobro do destinado ao funcionalismo”, observou.

— Fica assim evidente que a responsabilidade pela situação econômica de nosso país não é do funcionalismo, mas da política irresponsável de endividamento e de oferecimento de altos juros praticada pelo governo Fernando Henrique — afirmou.

Geraldo Cândido censurou ainda a decisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que suspendeu, por meio de portaria, o pagamento de 26% para os servidores, relativos às perdas ocorridas com o Plano Bresser. “Essa decisão é ilegítima, pois uma portaria ministerial não pode revogar uma decisão judicial”, criticou.



Geraldo Cândido afirma que funcionalismo e Previdência Social foram eleitos bodes expiatórios

## Projeto de Hartung pode simplificar partilhas

Projeto prevendo a dispensa de homologação judicial em processos de partilha amigável foi apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). A proposta permite que a transmissão de bens seja efetivada somente através de instrumento público, desde que haja comprovação de quitação dos tributos incidentes. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá se manifestar a respeito em caráter terminativo.

O senador propõe que a transmissão de bens decorrentes de herança se dê de forma semelhante à transmissão de imóveis *inter vivos*. Assim, por exemplo, para a transmissão de um imóvel fruto de herança bastaria o registro em cartório de escritura pública com a expressão das vontades dos herdeiros, sem a necessidade de homologação judicial. Para tanto, seria necessário que as partes fossem juridicamente capazes (maiores de 21 anos).

— Se é possível adquirir bens imóveis de pessoas vivas, mediante escritura pública, por que também não se pode adquirir bens de falecidos mediante escritura pública, desde que todos os interessados sejam capazes? — questiona Hartung.

Um dos objetivos do projeto, explica o senador, é acelerar o processo de transmissão de bens através da utilização de instrumentos públicos, contribuindo ainda para evitar a sobrecarga do Judiciário.

## Mauro pede ação do governo para enfrentar déficit de habitação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a previsão de investimento do governo para o ano 2001, de 12.708 unidades habitacionais, está muito abaixo das necessidades do país, e representa apenas 0,002% do déficit nacional



Mauro Miranda

O senador lembrou também que, recentemente, levou ao primeiro escalão do governo proposta no sentido de que o ano de 2001 seja consagrado como Ano Nacional da Moradia. Mauro disse que, pelas previsões de investimento do governo, “levaremos

de moradias. A meta está incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. O senador observou que o déficit habitacional é de 5.100.000 unidades, sem contar os mais de sete milhões de favelados.

Mauro Miranda apelou ao governo para que cumpra o que determina a emenda constitucional — de sua autoria — que inclui a moradia como um dos direitos sociais. Para o senador, está havendo um descompasso entre o que o Congresso estabeleceu como direito constitucional legítimo e a ação do governo.

400 anos para resolver o problema do déficit absoluto de habitação, e ainda assim na hipótese de haver estabilidade na demanda e sem considerar a evolução vegetativa das famílias sem teto:

— Acredito que o presidente Fernando Henrique Cardoso estará atento à voz do Parlamento brasileiro, que incluiu a moradia como direito social, e espero que o ministro do Planejamento, Martus Tavares, tenha sensibilidade para o problema e adote as medidas necessárias para corrigir as metas oficiais.

## Patrocínio quer mais rapidez no pagamento dos 28,86%

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu mais rapidez no pagamento das 14 parcelas semestrais do aumento de 28,86% nos salários dos servidores públicos federais. O aumento foi concedido aos militares durante o governo Itamar Franco, em 1993, e estendido aos servidores civis por decisão do Supremo Tribunal Federal, com base na Constituição, mas com as deduções dos aumentos concedidos a partir daquele ano.

Para Carlos Patrocínio, o governo deveria adicionar à Medida Provisória nº 1.904, que garante o pagamento dos servidores a partir de 1999, em até sete anos, mecanismos de compensação e de antecipação. A MP estabelece também que as parcelas sejam pagas duas vezes ao ano, nos meses de maio e dezembro, durante sete anos.

O senador sugere que os créditos semestrais a favor dos servidores sejam usados como moeda em pagamentos diversos a órgãos públicos da União. Por exemplo, no abatimento do Imposto de Renda



Carlos Patrocínio sugere fórmulas para apressar o pagamento aos servidores

e na compra de moradias pelo Sistema Financeiro da Habitação, além do pagamento imediato, em uma só parcela, aos funcionários com graves problemas financeiros.

Segundo o senador, a antecipação do pagamento ou o pagamento imediato em uma única parcela seria aplicado aos servidores que comprovassem doença grave em si ou em dependentes e aos aposentados com 75 anos ou mais.

— Não me parece digno e justo que morram antes de receber um direito assegurado pela Justiça — disse.

TV Senado  
Política e muito mais.

Saúde

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, os programas *Saúde Todo Dia*, *Consulta Marcada* e *UNIP! Saúde* para se informar sobre alimentação, prevenção de doenças, atividades físicas, campanhas governamentais e demais cuidados com a saúde.

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCS/IB



# Empresa privatizada deve ter capital aberto, afirma Osmar

Projeto de lei encaminhado pelo senador à CAE visa impedir manobras de algumas companhias no sentido de fugir da transparência



Osmar Dias teme iniciativas prejudiciais aos consumidores com o fechamento do capital

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei que obriga as empresas estatais privatizadas a manterem seu capital aberto. A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Caso seja aprovada, a matéria segue direto à Câmara dos Deputados a não ser que 10% dos senadores, por meio de requerimento, manifestem o desejo de analisá-la em Plenário.

Na justificativa do projeto, o senador observa que algumas empresas privatizadas, principalmen-

te no setor de telecomunicações, têm a intenção de fechar seu capital social.

— Esta atitude é incompatível com o espírito da privatização e com a transparência necessária em uma economia de mercado. Ao fecharem seus capitais, tais empresas teriam o seu controle econômico-financeiro reduzido, possibilitando ações prejudiciais aos consumidores — disse.

A proposta determina, ainda, que a fiscalização do cumprimento da lei caberá à Comissão de Valores Mobiliários.



Hugo Napoleão argumenta que toda cidade tem direito a seu espaço físico

## Projeto de Hugo Napoleão doa área para município piauiense

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), apresentou projeto de lei autorizando o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) a doar à prefeitura de Alvorada do Gurguéia, no Piauí, uma área de 214 hectares, onde se localiza o perímetro urbano daquele município.

A área a ser doada será des-

membrada dos 13 mil hectares que integram o Perímetro Irrigado do Vale do Gurguéia, projeto coordenado e executado pelo DNOCS. “Toda cidade tem de ter seu espaço físico”, afirmou o senador Hugo Napoleão. “Estamos atendendo a uma justa aspiração do povo de Alvorada do Gurguéia”, completou, ao justificar sua proposição.

## João Alberto rejeita taxa para manutenção de contas

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou projeto de lei complementar que proíbe a cobrança de taxas de serviço e manutenção de contas bancárias de pessoas físicas. Essa cobrança, segundo ele, prejudica um grande número de pessoas e aumenta o lucro das grandes instituições bancárias.

João Alberto disse que os balanços de 1999 mostraram que os ganhos do sistema financeiro nacional continuam muito altos. Portanto, a cobrança de taxas sobre as contas de pessoas físicas, segundo o senador, é um instru-

mento concentrador de renda, o que prejudica os trabalhadores. A experiência como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, em 1999, trouxe ao senador informações importantes sobre os benefícios que os bancos possuem.

— Constatei uma série de benefícios que o Sistema Financeiro Nacional possui na gestão de seus negócios, sendo que muitos deles acabam



João Alberto constatou uma série de benefícios aos bancos

prejudicando a maioria dos cidadãos. A cobrança dessas taxas enquadra-se nesta situação — argumenta.

O projeto de lei, que está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), altera a Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”.

## Camata propõe ortotanásia para doentes terminais

Não constituirá crime deixar de manter a vida humana, por meios artificiais, se for atestada por dois médicos a morte iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, do cônjuge, companheiro, filho ou irmão. A proposta está



Camata: tecnologia agressiva mantém pacientes vivos

lise do Plenário.

Gerson Camata explicou que a ortotanásia (morte correta e a seu devido tempo, segundo definição do senador) aceita a existência de situações nas quais o tratamento, em respeito ao paciente, deve ser interrompido, “embora sempre se exijam os cuidados e atenções devidas à pessoa que se encontra na proximidade da morte”.

— Cada vez com mais frequência, a morte tem lugar em hospitais crescentemente orientados ao cuidado intensivo, com a utilização de tecnologia agressiva. Com isso, o doente terminal permanece isolado numa UTI,

desamparado e conectado a diversos equipamentos que o mantêm vivo, descaracterizando a naturalidade e espontaneidade que a morte teria num tempo não muito longínquo — afirmou Gerson Camata.

Na justificativa da matéria, o senador observou que a proposta visa humanizar o processo da morte humana, evitando prolongamentos e poupando o doente e a família do desgaste “emocional, físico e financeiro”. A ortotanásia seria diferente da eutanásia, sacrifício de pessoas doentes reconhecidamente incuráveis, e dos métodos do médico norte-americano Jack Kevorkian, conhecido como *Doutor Morte*, que executa a vontade de pacientes suicidas e que têm chances de sobrevivência.

## Parga elogia investimentos oficiais em ciência e tecnologia

O senador Bello Parga (PFL-MA) elogiou a iniciativa do governo de criar fundos setoriais para investimento em ciência e tecnologia. O objetivo dos fundos é aumentar os recursos destinados ao financiamento da pesquisa científica, que, em um primeiro momento, beneficiarão os setores de energia elétrica, telecomunicações, transporte, informática e recursos hídricos. Os fundos também prevêem a possibilidade de parcerias entre universidades e empresas.

— Já estava na hora de o Brasil modificar o modelo obsoleto de pesquisa que existe na universidade pública, copiado basicamente da França, em que as portas da universidade se mantêm fechadas para as empresas — disse o senador.

Os recursos que comporão os fundos virão da taxação das empresas que atuam nos setores beneficiados, prevista nos edi-

tais de privatização das estatais e que já é recolhida aos cofres públicos. Portanto, sustenta Bello Parga, os investimentos não terão impacto nas contas fiscais da União e nos preços da economia.

A criação dos fundos demonstra, na avaliação do senador, que “o governo tem estado atento para as transformações que se têm operado na economia e na sociedade a nível mundial”. Parga defende investimentos em áreas básicas como educação e saúde como forma de preparar o Brasil para o advento dessa nova economia. O senador mencionou algumas medidas já tomadas na educação, como a criação do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef), que significa para ele um primeiro passo para a melhoria salarial dos professores e para o financiamento às escolas públicas.



Bello Parga garante que é hora de abrir as universidades às empresas privadas



Maguito Vilela afirma que os alunos são os mais prejudicados com a decisão do conselho

## Maguito pede regularização de cursos da Universo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apelou ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que interceda junto ao Conselho Nacional de Educação e reveja a decisão de não confirmar a autorização de funcionamento das unidades da Universidade Salgado de Oliveira (Universo) em Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Paraná, Pernambuco, Ceará e Goiás.

A Universo, cuja matriz situa-se no Rio de Janeiro, foi reconhecida em 1993 e, dois anos depois, com base em resolução do hoje extinto Conselho Federal de Educação, iniciou processo de expansão pelo Brasil. Com a substituição do Conselho Federal pelo Conselho Nacional de Educação, foi exigida nova autorização para a universidade poder expandir suas atividades.

— O novo conselho achou por bem não confirmar a autorização, embora a tenha concedido a outras instituições em situações absolutamente idênticas, o que gerou um imbróglio jurídico prejudicial a quem não tem nada com isso: os estudantes. A Universo recorreu à Justiça e já ganhou em duas instâncias e, mesmo assim, o MEC ainda não quis rever a sua posição — comentou Maguito Vilela.

O senador por Goiás lembrou que recentemente a revista *Istoé* publicou uma matéria denunciando que o Ministério da Educação tem sido constantemente acusado de montar esquemas de favorecimento a determinadas universidades privadas, em detrimento de outras. Ele registrou que as denúncias incluem vendas e falsificações de pareceres, favorecimentos ilícitos e suspeitas de recebimento de propinas.

Maguito Vilela opinou que as denúncias são tão graves que não seria demais estudar a possibilidade de instalar uma CPI para investigar o ensino superior privado no Brasil.

# Pontes quer regulamentar destino de remédio vencido

Senador pretende introduzir no Brasil normas adotadas por países europeus que atribuem aos fabricantes os custos da poluição

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) quer regulamentar o destino dado a medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes, adquiridos por farmácias, que estejam deteriorados ou com prazo de validade vencido. Um projeto de sua autoria, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo, atribui aos distribuidores e fabricantes a responsabilidade pelo recolhimento e destino final dado a esses produtos.

O senador afirma que não há nenhuma norma legal federal que trate do destino de produtos com validade vencida e que esses são resíduos de serviços de saúde. Nos



Luiz Pontes: fabricantes têm a responsabilidade de dar destino final adequado aos produtos

países europeus, compara, prevalece uma política que busca fazer com que os custos da despoluição ambiental sejam incluídos nos custos de produção.

Por essa política, explica Pontes, os fabricantes e distribuidores têm a responsabilidade de dar o destino final adequado aos produtos, com o tratamento que dispensam aos resíduos de sua produção industrial.

De acordo com o projeto, o encarregado técnico pelo serviço de farmácia é o responsável por comunicar o vencimento da validade dos produtos, em ofício, aos fabricantes e distribuidores.

## Projeto de Arruda cria proteção para filmes brasileiros

Por um prazo de dez anos, as empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas de exibição cinematográfica serão obrigadas a apresentar filmes brasileiros de longa metragem, cumprindo o mínimo de 49 dias anuais de exibição e aumentando gradativamente até o mínimo de 90 dias, nos últimos dois anos da vigência da lei. É o que pretende o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) em projeto de lei encaminhado à Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo. Caso seja aprovada na comissão, a matéria segue direto à Câmara dos Deputados, a não ser que 10% dos senadores, por meio de requerimento, manifestem a intenção de

analisá-la em Plenário.

O projeto determina, ainda, que as distribuidoras de vídeo doméstico deverão ter em seu acervo, no mínimo, 15% de obras brasileiras, atingindo 30% até os dois últimos anos de duração da lei, com obrigação de lançar os filmes comercialmente.

Arruda propõe, também, que a importação de filmes estrangeiros estará sob o controle do Conselho de Comunicação Social, constituído como órgão auxiliar do Congresso Nacional na Constituição de 1988, que recomendará ou não a compra das obras cinematográficas ou videográficas. Os filmes que não forem aconselhados



Arruda: salas obrigadas a cumprir 49 dias de exibição de filmes brasileiros por ano

e, mesmo assim, exibidos pagarão um adicional de 200% do valor estipulado para exibição.

Segundo Arruda, além de proteger a cultura nacional, o projeto evitará que crianças e jovens continuem expostos ao “predominante lixo cultural americano”, caracterizado, na opinião do senador, pela exploração da violência e do erotismo.



Luzia Toledo afirma que homenagem a Anchieta estimula o turismo no Espírito Santo

## Luzia Toledo destaca a peregrinação de Anchieta

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) destacou ontem a peregrinação que, dentro de alguns dias, lembrará o trajeto realizado pelo Padre José de Anchieta em sua missão evangelizadora pelo litoral do Espírito Santo. A peregrinação, promovida há três anos pela Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (Abapa), atrai religiosos, esotéricos, esportistas e amantes da natureza e chegou a reunir mil pessoas no ano passado.

— A iniciativa de homenagear o Apóstolo do Brasil tem inegável importância para o turismo capixaba, contribuindo significativamente para divulgar a vida e a obra de Anchieta, bem como as atrações de uma região de rara beleza natural — disse a senadora.

Luzia Toledo explicou que o projeto Os Passos de Anchieta visa a institucionalizar a rota percorrida pelo missionário como uma via permanente de caminhada e peregrinação, a exemplo do que ocorre em Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela, na Espanha. Segundo Luzia, a jornada oferece ao caminhante a possibilidade de viver “experiências transcendentais de expansão da consciência”, já relatadas por numerosos participantes e explicadas pelos psicólogos como efeitos decorrentes da liberação de substâncias do próprio corpo em função do esforço físico.

O percurso, de aproximadamente 100 quilômetros, tem a duração de três dias, durante os quais o participante caminha por cerca de oito horas. O roteiro foi traçado com base em informações históricas, começando na Catedral Metropolitana, passando por praias e edificações, como o Convento da Penha, e terminando na Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

PROTEÇÃO AO CINEMA NACIONAL	PODER AO CONSELHO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Por dez anos, as salas de exibição serão obrigadas a apresentar longas-metragens nacionais por no mínimo 49 dias por ano, aumentando gradativamente esta obrigatoriedade até 90 dias, nos últimos dois anos da vigência da lei</li> <li>O número de filmes e a distribuição por locais de apresentação serão fixados pelo poder Executivo</li> <li>As distribuidoras de vídeo deverão ter em acervo, no mínimo, 15% de obras brasileiras, atingindo 30% até os dois últimos anos da lei</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A importação de filmes estrangeiros ficará sob controle do Conselho de Comunicação Social, constituído como órgão auxiliar do Congresso Nacional na Constituição de 1988, que recomendará ou não a compra das obras cinematográficas ou videográficas</li> <li>Filmes não recomendados e mesmo assim exibidos pagarão um adicional de 200% do valor estipulado para exibição</li> </ul>

# Requião pede mais atenção ao conteúdo das decisões

Para senador, alguns setores classificam como quebra de decoro a manifestação aberta de opinião pelos parlamentares. “Quebra de decoro são negociações como as ocorridas antes da votação do novo salário mínimo”, afirma

A atenção que alguns setores da imprensa têm destinado a questões que, segundo ele, não merecem o espaço recebido foi criticada ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele referiu-se às situações em que os parlamentares manifestam abertamente suas opiniões e tais atos passam a ser vistos como quebra de decoro parlamentar.

– Quebra de decoro são negociações como as ocorridas antes da votação do novo salário mínimo – na última quarta-feira –, quando o governo, para aprovar o valor de R\$ 151, recorreu a manobras tais como a substituição pela liderança do PMDB do deputado federal Gustavo Fruet, pelo fato de ele já haver declarado que iria votar contrariamente à proposta – afirmou Requião.

Ele também protestou contra a aprovação pelo Senado do nome da funcionária Teresa Grossi para ocupar a Diretoria de Fiscalização da instituição,



Roberto Requião se diz “fatigado com o excesso de preocupação com a forma”

pois, lembrou, ela está citada em processos que correm no Ministério Público quanto à participação no caso dos bancos Marka e FonteCindam.

– Estou fatigado com esse excesso de preocupação com a forma. Temos que atentar para o conteúdo das decisões que são tomadas nestas duas Casas – reforçou Requião.

O senador aproveitou para destacar a aprovação de dois

projetos de sua autoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na reunião de quarta-feira. Um deles, explicou, trata da instituição do sistema de lista fechada, a ser elaborada pelos partidos, nas eleições proporcionais (deputados estaduais, federais e vereadores). O sistema consiste na indicação, pelo partido, dos nomes que ocuparão 50% das vagas a que o partido fizer jus a partir do número de votos alcançados no pleito. As vagas restantes serão ocupadas de acordo com a votação alcançada individualmente pelos demais candidatos da legenda.

Outra proposta aprovada, salientou Requião, estabelece que nenhum juiz poderá considerar ato criminoso – sob a alegação de propaganda eleitoral – a livre manifestação do pensamento de políticos em meios de comunicação ou por outros meios públicos. Seu projeto, relatado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), revoga cinco artigos do Código Eleitoral.

## Hartung elogia preocupação do BNDES com municípios

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) elogiou ontem o *Manual de Orientação para Crescimento da Receita Municipal*, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O manual, observou o senador, traz idéias criativas para a racionalização administrativa e um incremento real da arrecadação municipal, além de colaborar para maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

– A publicação desse manual chega em boa hora, já que estamos num ano de eleições municipais. Servirá como importante contribuição aos novos prefeitos, no sentido de modernizar suas máquinas administrativas para gerar mais recursos, a serem aplicados em políticas públicas de saneamento, transporte, saúde e educação – ressaltou.

Segundo Hartung, o BNDES tem se preocupado bastante com a viabilidade econômica dos municípios, tendo criado o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) justamente para financiar a modernização administrativa

e iniciativas de desenvolvimento local que promovam a capacitação da produção para gerar trabalho e renda.

Hartung explicou que, ao lado do PMAT, o BNDES disponibiliza, em seu site na Internet, o Banco Federativo, um conjunto de informações sobre as atividades e programas de crédito do banco, tendo publicado, recentemente, *Dicas: 125 Idéias para a Ação Municipal*, que relata experiências bem-sucedidas de administração pública.

Em aparte, lembrando que Hartung foi prefeito de Vitória (ES), o senador Roberto Requião (PMDB-



Paulo Hartung destaca *Manual de Orientação para Crescimento da Receita Municipal*

PR) aplaudiu a iniciativa da Câmara de Vereadores da cidade de votar a diminuição do número de vereadores para economizar verbas públicas. “Ao contrário do que muitos pensam, a legislação federal define, apenas, o número máximo e mínimo de representantes, cabendo a definição específica do número à própria Câmara”, disse.

## Cidades debatem qualidade de gestão

O senador Paulo Hartung divulgou ontem a realização, em Vitória, do I Seminário de Gestão de Cidades com Qualidade, nos próximos dias 15 e 16. O evento reunirá prefeitos, secretários municipais, diretores de empresas privadas, pesquisadores e políticos, que debaterão temas como a maior interação entre a sociedade e os administradores, a valorização dos recursos locais e a transparência nas ações ad-

ministrativas.

O senador participará, como moderador, de um debate sobre administração estratégica e gestão política, que terá como expositores Jorge Wilhelm, arquiteto e urbanista que foi secretário-geral adjunto da Conferência Habitat II, patrocinada em 1996 pelas Nações Unidas, e a professora Eli Diniz, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Saturnino critica organização de concurso realizado pela CEF

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou ontem a organização do concurso realizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), que tem demorado a divulgar os resultados das provas. De acordo com o senador, os 700 mil inscritos, que disputam duas mil vagas, foram segmentados em quatro regiões e têm sofrido para obter os gabaritos e verificar suas pontuações.

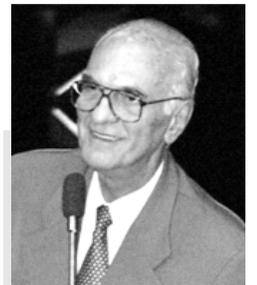
O problema é que as provas das regiões, diferenciadas, têm sido realizadas em fins de semana sucessivos, mas a direção do concurso resolveu divulgar os resultados de cada uma delas somente ao final de todo o processo.

– Espera-se transparência em um concurso público, especialmente com relação à prova e aos gabaritos, para referencial dos candidatos. É inconcebível que milhares de

pessoas, de todo o país, que pagaram taxa de inscrição, fiquem mergulhadas em um clima de tamanha angústia, e de forma tão desnecessária – reclamou Saturnino.

O senador classificou a burocracia responsável pela realização do concurso de insensível e arrogante.

– A burocracia existe para servir a comunidade. Uma vez realizada a prova de determinada região, absolutamente nada impediria sua divulgação. Os burocratas têm visão míope e usam o poder desconectados dos interesses coletivos – afirmou.



Roberto Saturnino: “Burocratas têm visão míope”

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2000

- 1** Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999. Senador Álvaro Dias e outros. Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos).  
**Resultado:** Encerrado o segundo dia de discussão, em 1º turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, para o terceiro dia de discussão, em primeiro turno.
- 2** Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1999. Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares e dá outras providências.  
**Resultado:** Lido e aprovado requerimento do senador Gilberto Mestrinho solicitando audiência da CRE. O PLC nº 58/99 vai à CRE.
- 3** Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Clube FM de Mococa (SP).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 4** Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Patrocínio (MG).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 5** Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999. Renova a concessão da Rádio Nossa Senhora OM de Socorro (SP).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 6** Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999. Renova a concessão da Rádio Central OM do Triângulo Mineiro de Monte Alegre (MG).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 7** Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999. Renova a concessão da Rádio Difusora OM de Pirassununga (SP).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 8** Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999. Renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa OM de Francisco Beltrão (PR).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 9** Requerimento nº 208, de 2000. Senador Jefferson Péres.  
**Resultado:** Aprovado. Os projetos vão ao exame da CCI e, posteriormente, da CAE.
- 10** Requerimento nº 209, de 2000. Senador Ramez Tebet. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 2 e 21, de 2000, por regulararem a mesma matéria.  
**Resultado:** Aprovado. Os projetos de Lei do Senado nºs 2 e 21, de 2000, passam a tramitar em conjunto, vão ao exame da CCI e, posteriormente, da CAE, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

## Mauro Miranda denuncia danos ambientais em Serra da Mesa

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denunciou a ocorrência de crimes ambientais na região do lago formado pela barragem da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, localizada ao sul do Tocantins e ao norte de Goiás. Ele afirmou que ações praticadas de forma irregular e desordenada ameaçam o ecossistema do lago e cidades próximas.

O senador, que já havia alertado para o problema em dezembro, pediu providências das autoridades para melhorar a fiscalização e a vigilância do local. Ele sugeriu que seja montada uma estrutura permanente de fiscalização, aliada à colaboração dos municípios da região.

— As ações de fiscalização ainda são insuficientes, pois a área do lago é imensa — a maior do Brasil em volume de água — e somente 55 homens envolvidos nessas ações estão incumbidos de cobrir os 13 municípios da região. É preciso agir rápido, pois muitos danos poderão ser irreversíveis — observou.

O senador informou que as atividades ilegais na área são tantas que em apenas dois dias de atuação da Agência Goiana do Meio Ambiente, da Polícia Florestal e da Polícia Militar de Goiás foram lavrados 37 autos de infração. São atividades de mineração (especialmente extração de areia), pontos de pesca, carvoaria, loteamentos clandestinos e principalmente desmatamento.

Mauro observou que a contribuição da usina para o desenvolvimento de Goiás e da região Centro-Oeste é inestimável, destacando a geração de energia e o aproveitamento hidráulico da Bacia do Alto Tocantins que a usina propiciará.

— É um contra-senso que, em meio a tantos benefícios e dentro de um projeto tão importante e tão bem-estruturado, tenhamos que assistir passivamente a ações de depredação da natureza — lamentou.



Mauro Miranda pede aumento da vigilância ambiental na região da usina

# Para Marina, redução das reservas legais é retrocesso

Senadora lamenta aprovação, por comissão mista do Congresso, de relatório que amplia as possibilidades de desmatamento na Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que a aprovação pela comissão mista do Congresso das mudanças no Código Florestal Brasileiro constitui um retrocesso na legislação ambiental do país. O projeto de conversão à medida provisória analisada pela comissão permite às propriedades rurais da Amazônia reduzirem as reservas legais não desmatadas, de 80% para 50%, e às localizadas no cerrado, de 50% para 20%.

A senadora afirmou que o relator da matéria, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), ignorou grande parte da proposta do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

— O deputado diz que incorporou 70% das propostas, mas o que se discute é que os 30% não aceitos são a espinha dorsal do projeto. É como manter o corpo de uma pessoa, mas retirar dela o cora-



Marina Silva diz que relator ignorou grande parte da proposta do Conama

ção e o cérebro — argumentou.

A senadora estranhou também o fato de um grupo de entidades ambientalistas ter sido proibido de entrar na reunião da comissão, “quando a sala estava repleta de ruralistas”. Lembrando que essas reuniões são públicas, ela pediu

## Heloísa vê jogo de marketing nas medidas do governo para a agricultura familiar

As últimas medidas do governo federal em relação à reforma agrária e à pauta de reivindicações do movimento Grito da Terra não passaram de um jogo de marketing, na opinião da senadora Heloísa Helena (PT-AL). A reforma agrária estaria sendo feita por meio do Banco da Terra, conforme o governo, mas, observou a senadora, “todos sabem que as condições de financiamento dadas aos supostos usuários do banco são impagáveis”.

Quanto às reivindicações formuladas pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) através do Grito da Terra, a senadora afirmou que as medidas anunciadas quarta-feira são “um gesto simbólico”, com o qual o governo estaria dando curso à sua “tática obsessiva” de tentar isolar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Entre as medidas, Heloísa Helena destacou as relativas a custeio e investimento, crédito fundiário e fundo de aval para a agricultura familiar. A intenção política revelada pelo governo com as medidas, disse a

senadora, é a de continuar privilegiando os grandes proprietários.

Ela exemplificou essa intenção com as ações relativas ao custeio, que a seu ver expressariam um tratamento punitivo aos agricultores familiares devedores de crédito rural, comparativamente ao concedido a médios e grandes produtores. Enquanto os primeiros obtiveram prazo de cinco anos para o alongamento das dívidas, com carência de um ano, os médios produtores foram beneficiados por no mínimo sete anos de prazo para pagamento, já dilatados para dez. Os grandes, por sua vez, ganharam 20 anos de alongamento de suas dívidas. A redução dos encargos financeiros, alterados de 5,75% de juros ao ano para 3% de juros mais equivalência-produto, teria sido “um retrocesso”, na opinião de Heloísa, pois, a depender da variação do preço mínimo, na prática haverá pagamento real de juros de cerca de 9%.

— As medidas equiparam os encargos de alongamento de dívidas de agricultores familiares aos previstos

ao senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente da comissão, a liberação da sala.

Marina Silva lamentou que muitas pessoas tenham comemorado a ampliação das possibilidades de se devastar a floresta amazônica. Ela não concorda com a tese de que só se consegue o progresso com a ampliação das áreas de produção, pois acredita que isso apenas seria possível caso houvesse um outro paradigma de desenvolvimento.

A senadora acredita que, na votação pelo Congresso Nacional, o projeto de conversão possa ser alterado. Falando em nome da Mesa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o prazo para votar a medida provisória vai até o próximo dia 27. Caso isso não ocorra e a MP seja reeditada, haverá possibilidade de emendas, abrindo uma nova discussão da matéria.



Heloísa Helena contesta validade das iniciativas anunciadas para os pequenos agricultores

pela securitização. Ou seja, o agricultor familiar do semi-árido nordestino terá encargos iguais aos dos mutuários do crédito rural com dívidas de até R\$ 200 mil — explicou.

Outro exemplo destacado por Heloísa Helena diz respeito ao Fundo de Aval para a Agricultura Familiar, uma das principais reivindicações dos pequenos agricultores. O governo criou três grupos (A, B e C) no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). O grupo A, que abrange os assentados pela reforma agrária, terá cobertura do Tesouro Nacional de 70%, sendo que os outros 30% deverão ser cobertos pelo sistema bancário. “Os bancos vão dar essa garantia para operações de investimento com agricultores recém-assentados na terra?”, indagou a senadora.



Suplicy homenageou o “exemplo de mulher que tem participado da vida e do pensamento brasileiro”

## Suplicy presta homenagem a Conceição Tavares

lendo em Plenário artigo por ela assinado no domingo, no jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou ontem a professora Maria da Conceição Tavares pela passagem dos seus 70 anos. No artigo, ela diz que os intelectuais que chegaram ao poder em 1995 continuam coniventes com a ordem natural das coisas, justificando os problemas brasileiros com o nosso passado colonial.

“Quem será que esqueceu o que pregou? Terá sido o presidente Fernando Henrique Cardoso?”, indagou Suplicy ao ler o artigo. Ele enalteceu a economista, definindo-a como exemplo de mulher que, nas últimas décadas, participou da vida política e do desenvolvimento do pensamento brasileiro.

No artigo, explicou Suplicy, a economista trata dos movimentos sociais que, como o dos Trabalhadores Sem-Terra, tentam fazer o Brasil avançar na distribuição da propriedade. Ela refere-se ao fato de que os reformistas do século 20 tiveram destino pior que os progressistas do século 19, porque muitos deles pagaram com a cadeia, o exílio e até com a vida suas pretensões de democratização da propriedade. Para Suplicy, esse é um texto que “dá alegria, fé e vontade de prosseguir”.

O parlamentar também leu artigo em que Paulo Nogueira Batista escreve sobre o exemplo dado por Maria da Conceição Tavares. Emocionado, o senador mandou do Plenário um abraço para a economista, e lamentou não ter podido participar das homenagens realizadas pelos amigos da aniversariante.

Na presidência da Mesa, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) compartilhou da homenagem, que também teve a adesão do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). “Trata-se de justa homenagem feita a uma lutadora de peso”, disse Heloísa.

## PROGRAMAÇÃO



## TV SENADO

## HOJE

6h25 – *Senado em Pauta*  
 7h30 – *Entrevista*: Sen. Sérgio Machado fala sobre financiamento público para campanha eleitoral  
 7h55 – *Senado em Pauta*  
 8h – *Jornal do Senado*  
 8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – São Paulo (SP)  
 8h55 – *Senado em Pauta*  
 9h – Sessão Plenária (vivo)  
 11h40 – Sessão do Congresso em homenagem ao presidente da Itália  
 12h30 – *Entrevista*: Sen. Sérgio Machado fala sobre financiamento público para campanha eleitoral  
 13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus  
 13h30 – *Debate*: Sen. Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
 14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)  
 18h30 – *Entrevista*: Sen. Leomar Quintanilha fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
 19h – *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
 19h30 – *Cidadania*: Sen. Francelino Pereira e o coordenador nacional do Monumenta, Pedro Taddei Neto, falam sobre o Projeto Monumenta  
 20h30 – *Entrevista*: Sen. Sérgio Machado fala sobre financiamento público para campanha eleitoral  
 21h – *Jornal do Senado*  
 21h30 – *Consulta Marcada*: Epilepsia  
 22h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show “Concerto de Aranjuez”, com Turibio Santos  
 23h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Campina Grande  
 0h – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart

## AMANHÃ

1h – *Debate*: Sen. Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
 1h55 – *Senado em Pauta*  
 2h – *Unip*: A criança – 2ª parte  
 2h25 – *Senado em Pauta*  
 2h30 – *Jornal do Senado*  
 2h55 – *Senado em Pauta*  
 3h – *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
 3h30 – *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre a liquidação do Banco de Rondônia  
 3h55 – *Senado em Pauta*  
 4h – *Jornal do Senado*  
 4h30 – *Unip*: A criança – 2ª parte  
 4h55 – *Senado em Pauta*  
 5h – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Inhapim

(MG)  
 5h30 – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart  
 6h55 – *Senado em Pauta*  
 6h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
 6h30 – *Agenda Econômica*: Abertura de Mercado  
 7h25 – *Senado em Pauta*  
 7h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre a proposta de reforma política  
 7h55 – *Senado em Pauta*  
 8h – *Jornal do Senado*  
 8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Paraíba do Sul (RJ)  
 8h55 – *Senado em Pauta*  
 9h – *ABD no Ar*: Pós-Produção no Cinema Brasileiro  
 9h55 – *Senado em Pauta*  
 9h30 – *Consulta Marcada*: Epilepsia  
 10h30 – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart  
 10h55 – *Senado em Pauta*  
 11h – *Entrevista Especial*: Inovações na gestão pública  
 11h55 – *Senado em Pauta*  
 12h00 – *Jornal do Senado*  
 12h30 – *Entrevista*: Sen. Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste  
 13h – *Cores do Brasil* – Folclore goiano  
 12h55 – *Senado em Pauta*  
 13h30 – *Agenda Econômica*: Abertura de Mercado  
 14h30 – *Espaço Cultural*: Show “Na Pressão”, de Lenine  
 16h – *Entrevista*: Sen. Leomar Quintanilha fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
 16h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Belém  
 16h55 – *Senado em Pauta*  
 17h – *Revista Brasília*  
 18h – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Piriá (PI)  
 18h30 – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart  
 18h55 – *Senado em Pauta*  
 19h – *ABD no Ar*: Pós-Produção no Cinema Brasileiro  
 19h25 – *Senado em Pauta*  
 19h30 – *Cidadania*: Sen. Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
 20h30 – *Entrevista*: Sen. Sérgio Machado fala sobre financiamento público para campanha eleitoral  
 20h55 – *Senado em Pauta*  
 21h – *Jornal do Senado*  
 21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Peça “O Grito dos Anjos”  
 23h – *Entrevista Especial*: Inovações na gestão pública  
 23h55 – *Senado em Pauta*  
 0h – *Espaço Cultural*: Show “Na Pressão”, de Lenine

## DOMINGO

1h30 – *Cidadania*: Sen. Francelino Pereira e o coordenador nacional do Monumenta, Pedro Taddei

Neto, falam sobre o Projeto Monumenta  
 2h – *Unip*: A criança – 3ª parte  
 2h30 – *Jornal do Senado*  
 3h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão  
 3h30 – *Entrevista*: Sen. Sérgio Machado fala sobre financiamento público para campanha eleitoral  
 3h55 – *Senado em Pauta*  
 4h – *Jornal do Senado*  
 4h30 – *Unip*: A criança – 3ª parte  
 4h55 – *Senado em Pauta*  
 5h – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Piriá (PI)  
 5h30 – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart  
 6h – *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
 6h30 – *Cidadania*: Sen. Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia  
 7h30 – *Entrevista*: Sen. Leomar Quintanilha fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
 8h – *Jornal do Senado*  
 8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – São Mamede (PB)  
 9h – *ABD no Ar*: Pós-Produção no Cinema Brasileiro  
 9h30 – *Consulta Marcada*: Epilepsia  
 10h30 – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart  
 10h55 – *Senado em Pauta*  
 11h – *Entrevista Especial*: Inovações na gestão pública  
 12h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão  
 12h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre a proposta de reforma política  
 12h55 – *Senado em Pauta*  
 13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
 13h30 – *Debate*: Sen. Artur da Távola e Joatan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
 14h25 – *Senado em Pauta*  
 14h30 – *Espaço Cultural*: Show “Na Pressão”, de Lenine  
 16h – *Entrevista*: Sen. Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste  
 16h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis  
 16h55 – *Senado em Pauta*  
 17h – *Revista Brasília*  
 17h55 – *Senado em Pauta*  
 18h – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – São Paulo (SP)  
 18h30 – *Grandes Clássicos*: Wolfgang Amadeus Mozart  
 18h55 – *Senado em Pauta*  
 19h – *ABD no Ar*: Pós-Produção no Cinema Brasileiro  
 19h25 – *Senado em Pauta*  
 19h30 – *Agenda Econômica*: Abertura de Mercado  
 20h30 – *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre a liquidação do Banco de Rondônia  
 21h – *Jornal do Senado*  
 21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Peça “O Grito dos Anjos”  
 23h – *Entrevista Especial*: Inovações na gestão pública  
 23h55 – *Senado em Pauta*  
 0h – *Revista Brasília*

## RÁDIO SENADO

## HOJE

8h – *Agenda Senado*  
 Em seguida – Música e informação  
 9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
 Em seguida – Música e informações  
 14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
 Em seguida – Música e informação  
 19h – *A Voz do Brasil*  
 Em seguida – Música e informação  
 20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
 Em seguida – Música e informação  
 21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
 Em seguida – Música e informação  
 21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste

## RÁDIO SENADO FM

## Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

## Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

## Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação: ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## TV SENADO

## Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

## Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

## COMO SINTONIZAR



# Piquet: código evitará que ministro especule com dólar

Presidente da comissão que elabora regras para conduta de ministros fala à TV Senado

Em entrevista à TV Senado, que irá ao ar amanhã e domingo às 11h e às 23h, João Geraldo Piquet Carneiro, ex-secretário-executivo do extinto Ministério da Desburocratização e atual presidente da comissão que prepara um código de ética para ministros e altos funcionários do governo, informou que o documento irá considerar falta de ética um ministro de Estado fazer investimentos especulativos, especialmente com moedas estrangeiras.

Interrogado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Piquet Carneiro disse que o código se destinará a cerca de 400 autoridades e contera normas objetivas e claras sobre o comportamento de autoridades na área cinzenta entre o legal e o

imoral. “O código dará inclusive segurança às autoridades, pois muitas vezes elas não sabem como se comportar em determinadas situações.” Como exemplo, ele citou o uso de aviões da FAB, o recebimento de presentes e grandes alterações patrimoniais.

O código já foi entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso e recomenda que seja criada uma comissão de ética permanente, a qual se pronunciará sobre dúvidas de autoridades e denúncias. A comissão recomendará ao presidente punições aos infratores, que irão de simples advertência à demissão sumária. Piquet Carneiro adiantou que o código irá considerar falta de ética um ministro usar a imprensa para fazer acusações a outro colega de governo.

## Atrações do fim de semana

A TV Senado inclui em sua programação do final de semana a música de Mozart, com a Sinfonia Júpiter, sob a regência do maestro Hans Zender, atração do especial dos *Grandes Clássicos*, que vai ao ar amanhã e domingo, às 10h30.

No *Espaço Cultural*, o destaque é a série de blues e jazz. Desta vez, o músico Lenine, em turnê nacional, faz uma parada em Brasília com o show *Na Pressão*. A apresentação, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional da capital, foi gravada pela TV Senado, e será exibida amanhã, às 14h30 e à meia-noite, e no domingo, às 14h30. Às 21h30, será a vez do espetáculo *O*

*Grito dos Anjos*, de autoria do teatrólogo e ator norte-americano Bill C. Davis, gravado no Teatro Arthur Azevedo, em São Luís do Maranhão.

O programa *Revista Brasília*, que vai ao ar hoje, às 17h e à meia-noite, e amanhã, às 17h, traz novidades. Estréia um novo quadro: *Brasília Mística*. A capital parece possuir uma história mais antiga que seus 40 anos. Quem fala sobre isso é a egiptóloga Iara Kern, que destaca as inúmeras semelhanças entre Brasília e Akhetaton, cidade egípcia que existiu há 3.580 anos. Há também uma entrevista com o ator e teatrólogo Hugo Rodas.

## No Coração dos Deuses em cartaz semana que vem

O filme *No Coração dos Deuses*, de Geraldo Moraes, é a atração do projeto Cultura ao Meio-Dia – 500 Anos da próxima quarta-feira (dia 17), no Auditório Petrônio Portella. O filme conta a história de um garoto de um vilarejo que, ao receber um mapa de tesouro descoberto por bandeirantes, faz uma viagem no tempo e por episódios ora cômicos, ora dramáticos, em bus-

ca de um segredo que o bandeirante Anhangüera guarda eternamente no coração da terra.

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, acontece todas as quartas, 12h, no Auditório Petrônio Portella. Os filmes sempre são abertos ao público em geral e com entrada franca.

# Álvaro propõe extinção gradativa do ICMS para acabar com guerra fiscal

Conforme proposta do senador, o imposto cobrado nas vendas interestaduais deve cair um ponto percentual a cada ano, até chegar a zero no ano 2012

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou ontem à Mesa projeto de resolução prevendo a extinção gradativa da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais. A intenção é acabar com a guerra fiscal. Como lembrou o senador, a manipulação das alíquotas do imposto é o principal mecanismo utilizado indistintamente pelos governos estaduais para atrair investimentos.

— Os estados não têm hesitado em abrir mão do ICMS, sua principal fonte de receitas, o que acarreta prejuízos não só à sua população mas também aos demais entes federativos — disse Álvaro Dias ao apresentar o projeto em Plenário.

Inspirado em idéias do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Álvaro está propondo que o ICMS cobrado nas vendas interestaduais — fixado em 12% — caia um ponto percentual a cada ano, chegando a zero no ano 2012. Nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste e destinadas ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao estado do Espírito Santo, a alíquota seria de 7%,

reduzindo-se em um ponto percentual a cada ano, até atingir zero por cento, a partir de 2007. Com relação às operações realizadas dentro de cada estado, a alíquota mínima seria de 12%, conforme a proposta.

Álvaro explicou que, se aprovado o projeto, os estados não poderão abrir mão do imposto incidente nos dois lados das operações interestaduais e só poderão cobrar em relação às operações internas mediante alíquota mínima. Nessa situação, não teriam instrumentos para oferecer incentivos fiscais irrealistas.

Conforme o senador, a extinção da alíquota interestadual pretende também evitar a exportação de tributos, tendência dos sistemas tributários modernos. A redução gradual foi imaginada como uma forma de preparar os estados para a alíquota zero.

— Sob a ótica econômica, não é justo que os estados produtores, justamente os mais desenvolvidos, continuem a auferir receitas tributárias derivadas de bens consumidos nos estados mais pobres — disse Álvaro Dias. Ele lembrou que o artigo 155 da Constituição dá competência ao Senado para fixar as alíquotas do ICMS.



Para Álvaro Dias, a medida impedirá a exportação de tributos

## Osmar quer submeter ao Confaz redução de alíquota

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) anunciou que está apresentando projeto de lei com o objetivo de acabar com a guerra fiscal entre os estados. O projeto estabelece que qualquer decisão estadual que implique em redução de alíquotas, regimes preferenciais de tributação ou outros benefícios fiscais só poderá entrar em vigor se aprovada por todos os membros do Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Confaz).

A proposta de Osmar Dias determina ainda que o Senado receba mensalmente do conselho relatos sobre o impacto fiscal de suas decisões. Qualquer membro dos governos estaduais poderia comunicar de ofício as irregularidades tributárias que firmam o pacto federativo e as próprias decisões do Confaz.

Osmar Dias comentou também a votação em torno da definição do salário mínimo, ocorrida na madrugada de ontem. Ele mencionou o fato de ter votado contra a medida provisória apresentada pelo governo que fixou o mínimo em R\$ 151.

— Eu e o senador Álvaro Dias, que somos do PSDB, votamos contra o R\$ 151. Não recebemos nenhuma retaliação do governo federal. Então, quero defender o presidente Fernando Henrique Cardoso — afirmou Osmar Dias.

Ele ainda defendeu um ajuste para conter o déficit na Previdência, mas disse acreditar que seria possível um valor maior para o mínimo. Osmar lembrou ainda o compromisso do governo de que até abril de 1998 mandaria ao Congresso a reforma da previdência dos militares, o que não ocorreu.



Osmar Dias: objetivo é contribuir para o fim da guerra fiscal

## Tebet: últimas votações no Congresso são desanimadoras

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) classificou de desanimadoras as votações no Congresso em que foram aprovados o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e a medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 151. Para ele, está sendo votado de forma açodada um número enorme de leis, sem a garantia de que serão cumpridas.

— Não seria mais eficiente tentar minorar a pobreza com um salário mínimo maior, cedendo às pressões legítimas de 20 mil pessoas que, em frente ao Congresso, protestavam contra um mínimo tão mínimo? A pobreza se combate melhor com crédito abundante para pequenas e microempresas e com medidas que fixem o homem no campo, interrompendo o êxodo rural.

Tebet afirmou que nada funciona direito no Brasil. “O MST invade prédios públicos e propriedades rurais, a violência aumenta, a educação peca, não há moradias e a saúde está longe de atender às necessidades da população.” Para ele, as leis com medidas para resolver esses problemas não estão sendo cumpridas.

Segundo o senador, o Brasil ainda precisa andar muito em termos de cidadania. Ele disse ser favorável a uma reforma agrária abrangente, com crédito e assistência aos assentados para a formação de pequenos proprietários. Os excessos, que para ele o MST vem cometendo, devem receber um tratamento de acordo com a Lei Penal. “Não é o caso de se apelar para a Lei de Segurança Nacional, pois o Estado brasileiro não corre qualquer risco e o Código Penal está aí para ser usado.”

Ramez Tebet foi apartado pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que também se mostraram preocupados pelos temas levantados pelo parlamentar de Mato Grosso do Sul.



Tebet: o fundo contra a pobreza foi votado de forma açodada

## Casildo Maldaner critica operação para venda do Besc

Os resultados obtidos por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) estadual sobre a proposta do governador Esperidião Amin de federalizar o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) recomendam que seja sustada a operação de crédito entre o governo estadual e a União. A informação é do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem a autorização do Senado para o acordo entre Santa Catarina e o governo federal foi “arrancada praticamente a fórceps” em dezembro passado.

Casildo Maldaner informou que a CPI da Assembléia Legislativa catarinense encontrou várias irregularidades nos balanços e propôs, em seu relatório final, que a área econômica do Banco Central sus-

penda a aplicação de recursos, já autorizada, destinada ao saneamento do banco para futura privatização. A operação de financiamento, no valor de R\$ 2,1 bilhões, a serem pagos durante trinta anos, resultará em prejuízo ao estado, segundo o senador. O Besc deve ser vendido por cerca de R\$ 400 milhões. O relatório será encaminhado às autoridades econômicas federais e ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

— Os catarinenses ficarão sem o banco e com uma dívida aproxima-



Maldaner: SC ficará sem o banco e com dívida de R\$ 1,7 bi

da de R\$ 1,7 bilhão.

Em aparte, Suassuna disse que o Senado, particularmente a CAE, está atento ao assunto.

— O tema preocupa. Não especificamente o caso de Santa Catarina, mas de todos os bancos estaduais. A grita é geral. Os bancos que sofreram intervenção e passaram por alguma forma de Regime de

Administração Especial Temporária (Raet) tiveram uma explosão das dívidas, como os de Rondônia, Paraná e Alagoas, entre outros. Vários deles foram obrigados a assumir dívidas que tornam a administração inviável.

Maldaner acrescentou que, mes-

mo sob intervenção do Banco Central, alguns bancos sofreram multas, aplicadas sobre os próprios interventores. O senador quer providências da CAE, e na próxima vai trazer os resultados da CPI estadual para exame dos senadores. “Não é possível jogar R\$ 2 bilhões no banco para depois entregá-lo por apenas R\$ 400 milhões”, disse.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) lamentou que, no Brasil, é mais vantajoso ser banqueiro do que agricultor. Ele disse que uma família de produtores foi despejada porque deixou de pagar dívida de R\$ 300 mil junto ao banco. “Se fosse um banqueiro, receberia ajuda do governo, com 30 anos de prazo para pagar, juros de 6% ao ano e o Senado correria para aprovar a operação.”